

Relatório de Administração

Senhores Associados,
Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2020 da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2020, o Sicoob Central ES completou 31 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para organizar o sistema estadual, desenvolvendo suas principais atividades que são: controle da liquidez, auditoria interna e controles internos, desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos, controladoria contábil e fiscal e ações coordenadas de marketing, bem como o fomento de mercado, através dos produtos e serviços disponibilizados aos associados. Atua como o alicerce de suas Singulares para a obtenção de escala nas operações, consequentemente, redução de custos e resultados financeiros que garantem a expansão do sistema. O Sicoob Central ES não objetiva prioritariamente o alcance de resultados positivos, sendo seu orçamento custeado por suas Filiais. Sempre voltada ao desempenho do sistema estadual, o plano de metas e o gerenciamento da eficiência administrativa, desenvolvidos e coordenados pelo Sicoob Central ES, impulsiona as Singulares na obtenção dos resultados projetados.

O Sicoob Central ES auxilia os Conselhos de Administração das Singulares no estabelecimento de estratégias para o fortalecimento do movimento cooperativo de crédito no ES e demais Estados com atuação.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

Por meio do aplicativo Sicoob, é possível realizar operações como pagamentos, consultas de saldos e extratos, transferências, investimentos, débito automático, empréstimos (simulação e contratação), extrato das faturas de cartões, depósitos de cheques e até recarga de celular.

O aplicativo Sicoob, que reúne mais de 140 operações, pode ser usado para adquirir produtos e serviços de forma simples, como investimentos, seguros e consórcios. O atendimento por meio de chat e WhatsApp também têm facilitado o relacionamento com os atendentes sem a necessidade de ir até a agência.

Ainda foi possível contratar o crédito automático, que está com juros menores e carência de 120 dias para começar a pagar. Essas funcionalidades também estão disponíveis na internet banking, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico sicoobes.com.br.

1.1.2 Crédito emergencial

Com recursos próprios, o Sicoob ES criou a campanha Ao Seu Lado, por meio da qual foram renegociadas e prorrogadas dívidas. Além disso, a instituição ampliou recursos para pequenos empresários com o "Crédito Proseguir" e com as linhas Pronampe e Pese.

1.1.3 Crescimento

O Sicoob ES no exercício de 2020, obteve um aumento nos depósitos que cresceram 51,45%, alcançando R\$ 7,1 bilhões e a carteira de crédito do Sicoob ES registrou R\$ 6,1 bilhões que representa um aumento de 31,42% em relação ao exercício de 2019.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	Variação
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	2.945	12.348	(76,15)
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3	95	(96,84)
Receitas com Ato Não Cooperativo	556	314	77,07
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	24.181	29.512	(18,06)
Despesas Tributárias	161	130	23,85
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	22.096	27.645	(20,07)
Sobras Bruta	11.451	9.445	21,24

Balanco Patrimonial	Em Milhares R\$		
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	Variação
Ativos Totais	4.171.715	3.246.794	28,49
Aplicações Financeiras de Liquidez	2.338.159	1.552.428	50,61
Títulos e Valores Mobiliários	1.506.949	1.344.668	12,07
Centralização Financeira – Cooperativas Filiais	3.675.486	2.795.259	31,49
Patrimônio Líquido	226.772	185.154	22,48
Patrimônio de Referência (PR)	175.116	141.549	23,71

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2020:
O total de ativos atingiu a marca de R\$ 4.171.715 mil ao final do exercício de 2020, com crescimento de 28,49% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para as Cooperativas filiais e seus associados.

As Aplicações Financeiras obtiveram um aumento de 50,61% considerando o mesmo período de 2019, atingindo no final do exercício de 2020 o montante de R\$ 2.338.159 mil. E dessa forma superando a marca de 2 bilhões de valores aplicados na centralização financeira

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de Títulos e Valores Mobiliários, atingiu R\$ 1.506.949 mil, com crescimento de 12,07% em relação a 31 de dezembro de 2019. E dessa forma superando a marca de 1,5 bilhões de valores aplicados na centralização financeira

A centralização Financeira das Cooperativas filiais superou a marca de 3,5 bilhões de ativos, fechando 2020 com o valor de R\$ 3.675.486 mil, com crescimento de 31,49% se comprado com 2019.

O patrimônio líquido acrescido 22,48% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 226.772 mil.

2.3.1) Carteira de crédito por produto

Recursos repassado as Cooperativas Filiais	31/12/2020		31/12/2019		Variação	
	Total	% Total	Total	% Total	Valor Total	% Total
Repasses interfinanceiros – Crédito Rural	110.102	156,388	46.286	(29,60)		
Empréstimos – Rotativo	106.316	95,680	10.636	11,12		
Total	216.418	252,068	(35,650)	(14,14)		

3. Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES

As Cooperativas filiais do Sicoob Central ES são: Sicoob Sul Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Leste Capixaba, Sicoob Centro Serrano, Sicoob Norte, Sicoob Sul Serrano e Sicoob Credirochas.

Coop. Singulares	31/12/2020			31/12/2019			Variação %		
	Ativo Total	Patr. Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patr. Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patr. Líquido	Sobras Brutas
Sicoob Sul Litorâneo	576.741	116.619	16.342	411.728	103.180	20.358	40,08	13,02	(19,73)
Sicoob Sul	1.739.059	389.908	64.043	1.312.587	337.869	47.235	32,49	15,40	35,58
Sicoob Leste Capixaba	2.640.351	566.732	85.895	1.832.584	493.914	96.163	44,08	14,74	(10,68)
Sicoob Centro Serrano	1.313.001	216.582	33.765	951.645	190.537	36.826	37,97	13,67	(8,31)
Sicoob Norte	1.050.575	216.805	24.018	861.410	201.870	13.992	21,96	7,40	71,66
Sicoob Sul Serrano	2.000.773	426.034	60.835	1.477.103	374.083	56.779	35,45	13,89	7,14
Sicoob Credirochas	942.358	137.689	26.680	686.202	114.624	26.564	37,33	20,12	0,44
Total	10.262.858	2.070.369	311.578	7.533.259	1.816.077	297.917	36,23	14,00	4,59

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no exercício de 2020 são:
Houve um aumento de 36,23% do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do exercício o montante de R\$10.262.858 mil. Superando a marca de 10 bilhões de ativos, demonstrando o crescimento do Sicoob ES com seus associados.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 14% comparado a 2019, atingindo o montante de R\$2.070.369 mil. Superando a marca de 2 bilhões.

As Sobras do exercício de 2020 do Sistema Sicoob ES foi de R\$ 311.578 mil, maior resultado da história do Sicoob ES considerando um exercício.

4. Pessoas

Contávamos com 89 colaboradores no final do exercício de 2020. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 11.148 mil.

5. Política de Crédito

O Sicoob Central ES adota o sistema de garantias recíprocas entre as Filiais, valendo-se do limite de exposição por cliente previsto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/15, nas concessões de crédito e garantias. A política de classificação de crédito de sua carteira está de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos dirigentes da Cooperativa Central definirem e assegurarem a execução dos objetivos do Sistema Sicoob ES, contribuindo para a sua continuidade e fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse sentido, a administração do Sicoob Central ES tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão do Sicoob Central ES está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabe à

Diretoria as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento da Diretoria, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento da Diretoria, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa Central e na nossa Administração.

Vitória – ES, 15 de janeiro de 2021.

Diretoria.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018	103.097	28.808	4.313	136.218
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	4.313	(4.313)	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	40.394	-	-	40.394
Por Devolução (-)	(887)	-	-	(887)
Reversões de Reservas Sobras ou Perdas Brutas	-	-	10.181	10.181
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	(736)	(736)
Juros ao Capital	734	-	-	734
FATES - Ato Não Cooperativos	-	-	(292)	(292)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	915	(915)	-
F A T E S	-	-	(458)	(458)
Saldo em 31/12/2019	143.338	34.036	7.780	185.154
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-
Ao Capital	7.751	-	(7.751)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	(29)	(29)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	30.519	-	-	30.519
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	12.567	12.567
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	(1.116)	(1.116)
Juros ao Capital	1.116	-	-	1.116
FATES - Ato Não Cooperativos	-	-	(912)	(912)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	1.054	(1.054)	-
F A T E S	-	-	(527)	(527)
Saldo em 31/12/2020	182.724	35.090	8.958	226.772
Saldo em 30/06/2019	137.604	33.121	8.931	179.656
Movimentação de Capital:	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	5.000	-	-	5.000
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	1.250	1.250
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	(736)	(736)
Juros ao Capital	734	-	-	734
FATES - Ato Não Cooperativos	-	-	(292)	(292)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	915	(915)	-
F A T E S	-	-	(458)	(458)
Saldo em 31/12/2019	143.338	34.036	7.780	185.154
Saldo em 30/06/2020	181.608	34.036	4.511	220.155
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	8.056	8.056
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	(1.116)	(1.116)
Juros ao Capital	1.116	-	-	1.116
FATES - Ato Não Cooperativos	-	-	(912)	(912)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	1.054	(1.054)	-
F A T E S	-	-	(527)	(527)
Saldo em 31/12/2020	182.724	35.090	8.958	226.772

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

Descrição	Notas	2º Sem 2020		31/12/2020		2º Sem 2019		31/12/2019	
		2020	31/12/2020	2019	31/12/2019				
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		49.609	109.843	94.265	192.415				
Operações de Crédito	23	5.114	12.032	9.376	18.429				
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24	24.103	52.496	52.484	112.957				
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	25	20.392	45.315	32.405	61.029				
Dispêndio da Intermediação Financeira		(46.667)	(102.645)	(86.101)	(180.162)				
Operações de Captação no Mercado	14.a	(19)	(64)	(163)	(478)				
Operações de Empréstimos e Repasses	16.a	(4.049)	(8.543)	(4.303)	(11.747)				
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	15.a	(42.596)	(94.299)	(81.678)	(167.842)				
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	26	(3)	261	43	(95)				
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.942	7.198	8.164	12.253				
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		5.446	6.174	(6.291)	(1.027)				
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	27	228	342	189	314				
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	28	(5.628)	(11.148)	(5.928)	(11.516)				
Despesas (Dispêndios) Administrativas	29	(4.335)	(8.578)	(5.540)	(11.319)				
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(103)	(161)	(72)	(130)				
Resultado de participações em coligadas e controladas	30	8.360	8.191	437	438				
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	31	9.576	21.987	9.301	27.867				
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	32	(2.768)	(4.455)	(4.676)	(6.677)				

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

1. Contexto operacional

A **Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Central ES** ("Sicoob Central ES" ou "Cooperativa"), é uma cooperativa central de crédito, instituição financeira não bancária, fundada em 06 de junho de 1989 componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Central ES tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços. Cabe ainda ao Sicoob Central ES a coordenação das ações das cooperativas integrantes do sistema Sicoob no Espírito Santo.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 15 de janeiro de 2021.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings reafirmou em 03 de novembro de 2020 a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo atingiu a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <https://www.fitchratings.com/site/brasil>

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15/01/2021.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CENTRAL DE CREDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pelas Aplicações Interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

(e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

(f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Banco Cooperativo do Brasil S.A e Sicoob Confederação, que estão avaliados pelo método de custo de aquisição. Em 11 de fevereiro de 2020 foi realizado um acordo de acionistas do Bancoob por meio do qual os investimentos da Central no Bancoob, conforme a Resolução CMNº 4.817/20, deverão ser avaliados utilizando o método de equivalência patrimonial.

(j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

(l) Depósitos

Composto por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou préfixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações préfixadas são calculadas de acordo com o prazo final das operações, tendo o valor futuro de remuneração apresentado em conta redutora, na data do demonstrativo contábil.

(m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(n) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(o) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(p) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa têm por diretriz.

(r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no *caput* do art. 193 do mesmo Decreto.

(s) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(t) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 30 de junho de 2020 e de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(u) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2020 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

(v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de Caixa

Corresponde a saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	-	1
Banco do Brasil S.A.	-	19
Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob	3	49
Banco Bradesco	4	2
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	223.244	174.542
Títulos e Valores Mobiliários	934.649	608.266
Total	1.157.900	782.879

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Bancoob, bem como aqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		2.076.547	1.522.485
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		223.244	174.542
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	246	987
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	98% CDI	5	5
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	207.875	173.554
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	105% CDI	15.118	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		1.853.303	1.347.943
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	775	2.099
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	98% CDI	551	1.581
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	100% CDI	-	39
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	1.539.221	1.344.224
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	104% CDI	52.095	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	105% CDI	27.115	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	106% CDI	15.064	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	107% CDI	218.482	-
Não circulante		261.612	29.943
Aplicações em depósitos interfinanceiros		261.612	29.943
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	246	1.233
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	135.609	28.710
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	107% CDI	20.086	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	108% CDI	105.671	-
Total Geral		2.338.159	1.552.428

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Bancoob como contrapartida aos créditos concedidos.

(ii) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Depósitos Interfinanceiros	31/12/2020	31/12/2019
Vencimento		
Até 1 mês	105.136	107.852
De 1 a 3 meses	118.108	66.690
De 3 a 6 meses	418.190	121.374
De 6 a 12 meses	1.435.113	1.226.569
Total circulante	2.076.547	1.522.485
De 1 a 2 anos	258.540	29.703
De 2 a 3 anos	3.072	240
Total não circulante	261.612	29.943
Total Geral	2.338.159	1.552.428

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores Mobiliários	Índice	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		1.057.830	682.219
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		934.649	608.266
Títulos para negociação – carteira própria		822.178	577.527
Fundo de centralização	Pós Fixado	206.396	171.326
Fundo Institucional	Pós Fixado	615.782	406.201
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		57.617	25.661
LFT – Administrado	SELIC	27.126	25.661
LF – Outros Bancos(b)		30.491	-
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias		54.854	5.078
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	54.854	5.078
Títulos e Valores mobiliários de 90 a 360 dias		123.181	73.953
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		123.181	68.248
LFTM - Administrado		-	3.246
LFT - Administrado	SELIC	44.945	63.092
LF – Outros Bancos(b)	CDI	78.236	1.910
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias		-	5.705
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	-	5.705
Não circulante		449.119	662.449
Títulos para negociação – carteira própria		19.102	14.578
Cotas de Fundo Imobiliário		19.102	14.578
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		422.659	578.905
LFTM – Administrado	SELIC	118.818	112.279
LFT – Administrado	SELIC	46.553	110.308
Debêntures	CDI	20.125	20.202
LF – Outros Bancos (b)	CDI	237.163	336.116
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias		7.358	68.966
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	7.358	68.966
Total Geral		1.506.949	1.344.668

(a) Refere-se a garantia prestada ao Ministério da Agricultura nas operações de repasse relacionadas na Nota 16. Com o objetivo de obter novos recursos o saldo de garantia excedente não foi liquidado no encerramento do exercício.

(b) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

(ii) Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:

Vencimento	Carteira própria	Vinc. à prest. de garantias	Total	Carteira própria	Vinc. à prest. de garantias	Total
Sem vencimento	822.178	-	822.178	577.527	-	577.527
Até 1 mês	-	-	-	-	-	-
De 1 a 3 meses	57.617	54.854	112.471	25.661	5.078	30.739
De 3 a 6 meses	51.990	-	51.990	-	-	-
De 6 a 12 meses	71.191	-	71.191	68.248	5.705	73.953
Total circulante	1.002.976	54.854	1.057.830	671.436	10.783	682.219
Sem vencimento	19.102	-	19.102	14.578	-	14.578
De 1 a 2 anos	283.042	7.358	290.400	167.319	61.807	229.126
De 2 a 3 anos	24.209	-	24.209	275.755	7.159	282.914
Acima de 3 anos	115.408	-	115.408	135.831	-	135.831
Total não circulante	441.761	7.358	449.11			

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

Trata-se de recurso do Funcafé contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas.

(a) Composição do saldo por vencimento e nível de risco:

Vencimento	Risco	31/12/2020		31/12/2019	
		Percentual	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
Curto Prazo	A	98.952	(494)	98.458	129.342
	B	5.063	(51)	5.012	-
		104.015	(545)	103.470	129.342

Vencimento	Risco	31/12/2020		31/12/2019	
		Percentual	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
Longo Prazo	A	5.972	(30)	5.942	26.263
	B	115	(1)	114	-
		6.087	(31)	6.056	26.263

8. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e suas garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

I. Composição da carteira de crédito por nível de risco:

Vencimento	Risco	31/12/2020		31/12/2019	
		Percentual	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
Curto Prazo	AA	38.681	-	38.681	-
	A	50.731	(254)	50.477	95.202
	B	16.904	(169)	16.735	-
		106.316	(423)	105.893	95.202

Todas as operações de crédito referem-se ao setor de Pessoa Jurídica, com cooperativas filiadas e com prazo de vencimento até um ano.

9. Outros créditos – curto e longo prazo

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

9.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Rendas a Receber	18	23
Dividendos a receber	-	3
Rendas a Receber Seguro	-	2
Outras Rendas a Receber	18	18
Diversos	2.415	2.038
Antecipação Salariais	87	12
Adiantamentos Diversos	48	86
Pagamentos a Ressarcir	129	56
Devedores Diversos – País	2.151	1.884
Plano de Saúde a Receber	9	4
Cooperativas Filiadas (a)	2.142	1.880
Ativos Fiscais Correntes (b)	195	69
Total	2.628	2.130

9.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Devedores por Depósito e Garantia (c)	1.198	1.075
Pis – Depósito Judicial	167	165
Cofins – Depósito Judicial	823	816
Outros Fiscais	85	85
Outros	123	9
Total	1.198	1.075

(a) Cooperativas Filiadas são os valores que o Sicoob Central ES tem a receber das Cooperativas filiadas, sendo que o valor é referente ao rateio mensal das despesas da central.

(b) Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	170	53
Saldo Negativo de csl - Exercícios Anteriores	19	10
Iss – Impostos sobre Serviços	2	3
Valores a Restituir – PERDCOMP	4	3
TOTAL	195	69

(a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 19.

10. Outros valores e bens

Encontram-se registrados neste grupo:

10.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis(a)	1.057	-
Bens em Regime Especial	-	1.057
Outros(b)	975	975
Almoxarifado	238	177
Despesa Antecipada	119	361
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens (c)	(1.057)	(1.057)
Total	1.332	1.513

(a) Referente ao imóvel da antiga sede que não está em uso e está disponível para venda, não estando sujeito à depreciação. Devido a extinção da conta de Bens em Regime Especial, conforme Carta Circular do BACEN nº3.941, o valor do imóvel foi realocado para a conta de Imóveis.

(b) Referente a duas unidades da usina fotovoltaica destinado a gerar energia limpa e renovável e não estando sujeito à depreciação.

(c) Referente a provisão constituída sobre o bem não de uso próprio em decorrência de renovação judicial.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações Inst Financ Controlada Cooperativa de Crédito – Bancoob (a)	73.867	61.509
Sicoob Confederação	13.240	13.240
Participações empr controlada coop central crédito	1.204	1.090
TOTAL	88.311	75.839

(a) A participação junto ao Bancoob gerou o montante de dividendos recebidos em 2020 de R\$ 4.479 mil (Em 2019 – R\$ 8.035 mil).

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	414	367	
Terrenos	2.838	2.467	
Edificações	13.897	13.897	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(3.961)	(3.405)	
Instalações	3.656	3.656	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(320)	(160)	
Mobiliários	1.054	1.053	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(691)	(601)	
Máquinas	113	110	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(79)	(70)	
Aparelhos de Refrigeração	27	27	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(13)	(11)	
Equipamentos de Processamento de Dados	889	780	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(628)	(573)	
Alarme	12	12	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(3)	(2)	
Armas e Equipamentos	45	44	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(30)	(25)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	14	14	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(8)	(7)	
Equipamentos de Comunicação	94	137	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(56)	(89)	
Veículos	142	142	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(117)	(89)	
TOTAL	17.289	17.674	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarem a ser depreciadas.

A despesa com depreciação acumulada em 2020 foi de R\$ 948 mil (Em 2019 – R\$ 824 mil).

13. Intangível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	1.157	1.131	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(734)	(576)	
TOTAL	423	555	

A despesa com amortização em 2020 foi de R\$ 158 mil (Em 2019 – R\$ 89 mil).

14. Depósitos

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados. Foi assinado acordo de compensação envolvendo as cooperativas filiadas e o Bancoob com o objetivo de

mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural, com rendimentos entre 98% a 101% do CDI. Os valores depositados no Sicoob Central ES possuem aplicação correspondente no Bancoob, lastreado o acordo. O resgate ocorre de acordo com a movimentação do crédito rural.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito a prazo - Circulante	1.259	3.604
Total	1.259	3.604

a) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(19)	(64)	(163)	(478)
TOTAL	(19)	(64)	(163)	(478)

15. Centralização financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos das cooperativas singulares filiadas do Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração mais vantajosa. Mensalmente o resultado destas aplicações é creditado para as singulares. A Centralização Financeira apresenta, em 31 de dezembro de 2020, um montante de R\$ 3.675.486 e em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$ 2.795.259.

As receitas produzidas a partir dessas disponibilizados somaram em 31/12/2020 R\$97.811 (31/12/2019 – R\$ 173.986) representadas na demonstração de sobras ou perdas ou como "Rendimentos de aplicações Interfinanceiras de Liquidez" e "Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil e Instrumentos Financeiros". A despesas correspondentes totalizaram em 31/12/2020 R\$94.299 (31/12/2019 R\$ 167.842) representadas na demonstração de sobras e perdas como "Dispêndios de Depósitos Intercooperativos".

a) Despesas correspondente a remuneração da Centralização Financeira para as cooperativas filiadas:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(42.596)	(94.299)	(81.678)	(167.842)
TOTAL	(42.596)	(94.299)	(81.678)	(167.842)

16. Obrigações por repasse do país – Instituições Oficiais

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	Modalidade	Taxa	Curto prazo	Longo prazo	31/12/2020	31/12/2019
MAPA	Funcafé	Diversos	147.037	5.907	152.944	173.563
BRADESCO	Repasse	Diversos	702	170	872	3.022
Total					153.816	176.585

a) Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa conforme descrito em "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de repasse - funcafé repassado	(4.039)	(8.514)	(4.269)	(11.668)
Despesas de repasse - outros	(10)	(29)	(34)	(79)
TOTAL	(4.049)	(8.543)	(4.303)	(11.747)

17. Obrigações sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (I)	3.265	2.392
Provisão para Participações nos Lucros – empregados (II)	914	474
Outras obrigações - Gratificações	361	212
Cotas de Capital a Pagar	-	887
Total	4.540	3.965

I. O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

II. Substituída pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 914 no exercício de 2020, a título de participação dos empregados nos resultados.

18. Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2020	30/12/2019
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	77	84
Imposto e contribuições s/ salários	386	381
Outros	15	8
Total	478	473

19. Outras Obrigações Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3	497
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.493	1.678
Despesa de Pessoal	840	809
Água/Energia/Gás	19	14
Aluguéis	1	2
Comunicações	6	7
Propaganda e Publicidade	443	629
Promoções E Relações Públicas	-	2
Segurança e Vigilância	6	-
Manutenção e Conservação de Bens	64	64
Plano de Saúde	9	4
Compensado	53	28
Seguros a Recolher	2	2
Outras Despesas Administrativas	50	117
Provisão Pagamento Administração Financeira (I)	6.737	11.009
Provisão Contingências	1.143	1.130
Pis (IV)	167	165
Cofins (IV)	823	816
Civeis (V)	153	149
Credores Diversos - País	99.988	67.440
Pagamentos a Processar	106	-
Fundo SISOL (II)	3.352	3.488
Fundo FEFS (III)	96.445	63.890
Faturas Sicoobcard	66	22
Outros	19	40
TOTAL	109.364	81.754

I. Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.

II. Refere-se ao Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica - SISOL criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 2018 constituiu o Fundo com o objetivo desenvolver ações de sustentabilidade ambiental do Sicoob ES, que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia, quer seja para uso próprio do Sicoob Central ES ou de suas filiadas.

III. Refere-se ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob - FEFS criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019 constituiu o Fundo com o objetivo de garantir a estabilidade financeira das mesmas, sendo que absorveu o saldo dos demais fundos existentes.

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

IV. O Sicoob Central ES está questionando judicialmente o alcance das contribuições do PIS e da COFINS sobre as receitas provenientes do ato cooperativo no período de novembro de 1999 a dezembro de 2004, instituídas pela Medida Provisória nº 1.858 e reedições, sendo que os valores em discussão estão devidamente provisionados e depositados em juízo. Os valores foram atualizados até junho de 2020 pela taxa SELIC.

V. Provisão de passivos de contingência realizadas conforme o relatórios dos Assessores jurídicos. A despesa destes provisionamentos totalizaram R\$4 em 31/12/2020 (R\$4 em 31/12/2019).

20. Instrumentos financeiros

O Sicoob Central ES opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses, e não possuem exposição com instrumentos financeiros derivativos.

21. Patrimônio líquido
(a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas associadas. A seguir distribuição do capital:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sicoob Sul-Litorâneo	10.380	7.812
Sicoob Sul	33.996	27.091
Sicoob Leste Capixaba	49.689	37.797
Sicoob Centro-Serrano	19.170	14.550
Sicoob Norte	20.320	18.274
Sicoob Sul-Serrano	37.638	29.497
Sicoob Credirochas	11.531	8.317
Total	182.724	143.338

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	11.451	9.445
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(912)	(292)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	10.539	9.153
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(1.054)	(915)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(527)	(458)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	8.958	7.780

(e) Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa provisionou e pagou juros sobre o capital próprio, remunerando o capital das Cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

22. Demonstração do Resultado de atos cooperativos e não cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Segundo semestre:

Descrição	2º Sem/2020			2º Sem/2019		
	Res.do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Res.do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	69.307	68.864	443	104.931	104.742	189
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(52.192)	(52.141)	(51)	(92.237)	(92.218)	(19)
Despesas (Dispêndios) Op. proporcional a cada Ato	(10.271)	(10.205)	(66)	(11.942)	(11.921)	(21)
Resultado Operacional	6.844	6.518	326	752	603	149
Receita Não Operacional	96	-	96	14	-	14
Despesa Não Operacional	-	-	-	(252)	-	(252)
Resultado Não Operacional	96	-	96	(238)	-	(238)
Res. Antes dos IRPJ/CSLL e Exclussões/Adições do Ato Coop	6.940	6.518	422	514	603	(89)
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-
Exclussões/Adições do Ato Cooperativo	-	(490)	490	-	(380)	380
Resultado do Período	6.940	6.028	912	514	223	291

Exercício:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Res.do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Res.do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	142.933	142.377	556	222.219	221.905	314
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(110.776)	(110.710)	(66)	(188.652)	(188.618)	(34)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(20.815)	(20.734)	(81)	(23.899)	(23.866)	(33)
Resultado Operacional	11.342	10.933	409	9.668	9.421	247
Receita Não Operacional	109	-	109	30	-	30
Despesa Não Operacional	-	-	-	(253)	-	(253)
Resultado Não Operacional	109	-	109	(223)	-	(223)
Res. Antes dos IRPJ/CSLL e Exclussões/Adições do Ato Coop.	11.451	10.933	518	9.445	9.421	24
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-
Exclussões/Adições do Ato Cooperativo	-	(394)	394	-	(269)	269
Resultado do Período	11.451	10.539	912	9.445	9.152	293

23. Rendas de Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de empréstimos	930	2.513	2.576	4.109
Rendas de repasses interfinanceiros	4.184	9.519	6.800	14.320
TOTAL	5.114	12.032	9.376	18.429

24. Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São reconhecidas as receitas de rendas dos recursos aplicadas no mercado considerando o regime de competências e taxas contratadas.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
CDI – Não ligadas	4	3	-	-
CDI – Ligadas	24.085	52.418	52.349	112.634
DI rural – Não ligadas	14	75	135	323
TOTAL	24.103	52.496	52.484	112.957

25. Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr Financeiros

É constituído pelas receitas de aplicações financeiras no país; títulos de renda fixa, predominantemente títulos públicos federais,, e títulos de renda variável.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Debêntures	371	893	202	202
Letras financeiras do tesouro	1.421	4.787	5.958	13.710
LFT - Vinculado a Garanta de Repasse	619	1.845	2.178	5.883
LF - Pós Fixada	843	843	-	-
LFT Centralização Recurso Municípios	1.172	3.219	2.652	2.652
Outros – Rendas Títulos de Renda Fixa	2.733	8.981	6.795	9.652
Fundos de aplicação financeira	8.351	19.737	14.691	28.967
Outros – Rendas Aplicações Fundo Investimento	5.119	5.510	3	125
(-)Prejuízos Com Títulos de Renda Fixa	(237)	(500)	(74)	(162)
TOTAL	20.392	45.315	32.405	61.029

26. Reversão/Provisão para Operações de Créditos

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Crédito rotativo (Reversão Provisão)	-	478	27	216
Repasses interfinanceiros (Reversão Provisão)	585	713	638	805
Operações crédito liquidação duvidosa	(171)	(423)	(110)	(505)
Repasses interfinanceiros	(417)	(507)	(512)	(611)
TOTAL	(3)	261	43	(95)

27. Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas Recebidas do Bancoob	-	-	4	4
Rendas de Transações Intercredis	1	2	5	9
Rendas de Convênio	-	-	-	1
Rendas de Comissão	145	258	180	300
Outras Rendas de Serviços	82	82	-	-
TOTAL	228	342	189	314

28. Dispêndios/Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de honorários	(1.173)	(2.330)	(1.148)	(2.272)
Despesas de pessoal - benefícios	(616)	(1.218)	(695)	(1.336)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(1.120)	(2.208)	(1.189)	(2.287)
Despesas de pessoal - proventos	(2.645)	(5.229)	(2.790)	(5.410)
Despesas de remuneração de estagiários	(72)	(160)	(106)	(204)
Despesas de pessoal - Outros	(2)	(3)	-	(7)
Total	(5.628)	(11.148)	(5.928)	(11.516)

29. Despesas Administrativas

Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infra-estrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas De Água Energia E Gas	(87)	(172)	(98)	(231)
Despesas De Aluguéis	(12)	(27)	(15)	(27)
Despesas De Comunicações	(44)	(113)	(78)	(154)
Despesas De Manutenção E Conservação De Bens	(36)	(79)	(52)	(146)
Despesas De Material	(18)	(120)	(66)	(154)
Despesas De Processamento De Dados	(594)	(1.482)	(693)	(1.347)
Despesas De Promoções E Relações Públicas	(352)	(429)	(446)	(623)
Despesas De Propaganda E Publicidade	(1.583)	(2.966)	(2.188)	(4.461)
Despesas De Publicações	-	(17)	(1)	(1)
Despesas De Seguros	(7)	(14)	(7)	(13)
Despesas De Serviços Do Sistema Financeiro	(336)	(583)	(187)	(344)
Despesas De Serviços De Terceiros	(185)	(452)	(238)	(428)
Despesas De Serviços De Vigilância E Segurança	(39)	(78)	(42)	(83)
Despesas De Serviços Técnicos Especializados	(340)	(645)	(349)	(597)
Despesas De Transporte	(5)	(10)	(12)	(31)
Despesas De Viagem No País	(6)	(48)	(128)	(217)
Rateio de Despesa do Sicoob Confederação	(64)	(82)	(326)	(1.296)
Despesas De Amortização	(74)	(158)	(45)	(89)
Despesas De Depreciação	(476)	(948)	(424)	(824)
Outras Despesas Administrativas	(77)	(155)	(145)	(253)
Total	(4.335)	(8.578)	(5.540)	(11.319)

30. Resultado de participações em coligadas e controladas

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	8.953	8.953	438	439

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesa de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada	(593)	(762)	(1)	(1)
TOTAL	8.360	8.191	437	438

(a) O principal dvalor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob) que totalizou R\$8.700 mil.

31. Outras receitas operacionais

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	223	484	152	245
Dividendos(a)	-	4.479	3	8.057
Deduções e abatimentos	1	1	1	1
Rateio de despesas da central entre filiadas(b)	9.350	16.984	9.127	19.473
Outras rendas operacionais	2	39	18	91
TOTAL	9.576	21.987	9.301	27.867

(a) Corresponde a soma dos Dividendos provenientes de participação no Bancoob, no montante de R\$ 4.479.

(b) Rateio de despesas da central entre as Cooperativas filiadas conforme aprovado pela diretoria colegiada do Sicoob ES.

32. Outras despesas operacionais

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Contribuição Fundos (a)	(938)	(2.118)	(1.608)	(3.077)
Contribuição Fundo Tecnologia da Informação	-	-	(7)	(14)
Perdas – Práticas Inadequadas	-	(5)	(3)	(3)
Perdas – Falha de Gerenciamento	-	-	-	(50)
Desc. Conc. – Rep. Interf – Recursos Fonte Publica (b)	(1.768)	(2.241)	(3.032)	(3.482)
Outras despesas Operacionais	(62)	(91)	(26)	(51)
TOTAL	(2.768)	(4.455)	(4.676)	(6.677)

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Garantia e Fomento criado pelo Sicoob ES.

(b) Descontos concedidos em operações de repasse liquidadas antecipadamente.

33. Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão para Passivos Contingentes	-	(120)	(2)	(4)
Reversão de Provisão para Contingências	116	116	-	-
TOTAL	116	(4)	(2)	(4)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

34. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Lucros na Alienação de Investimentos	83	83	-	-
Rendas de aluguéis	14	24	14	24
Ganho de Capital	-	-	-	4
Outras Rendas não operacionais	-	2	-	2
Perda de Capital	-	-	(6)	(6)
Despesa de Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	-	(243)	(243)
Outras Despesas	-	-	(3)	(3)
Resultado Líquido	97	109	(238)	(222)

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

35. Partes relacionadas

(a) Cooperativas filiadas

O Sicoob Central ES foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 8º e Resolução nº 4.434/15 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas e com o Bancoob, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Bancoob	3.160.340	2.130.004
Conta corrente	3	49
Depósitos Interfinanceiros	2.338.159	1.552.428
Cotas de Fundos de Renda Fixa	822.178	577.527
Cooperativas Filiadas	218.560	253.948
Repasses interfinanceiros	110.102	156.388
Operações de crédito	106.316	95.680
Valores a receber	2.142	1.880
Passivo		
Cooperativas Filiadas	3.683.482	2.809.872
Depósitos a prazo	1.259	3.604
Relações interfinanceiras – centralização financeira	3.675.486	2.795.259
Provisão Pagamento Administração Financeira	6.737	11.009

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
-----------	-------------	------------	-------------	------------

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

36.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

37. Cobertura de seguros – Não auditados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

38. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites.

Basileia III	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência - Nível I (110)	175.116	141.549
Patrimônio de Referência - PR (100)	175.116	141.549
RWA para risco de crédito por abordagem padronizada - RWACPAD (700)	1.063.030	817.637
RWA para risco de mercado - RWAMPAD (770)	59.514	22.707
RWA para risco operacional - RWAO PAD (870)	49.757	45.137
Ativos ponderados por risco (RWA) (900)	1.172.302	885.481
Patrimônio de referência exigido / mínimo para o RWA (910)	93.784	70.838
Valor total da RBAN (890)	480	1.716
Margem sobre o PR considerando a RBAN (953)	66.199	46.858
Índice da Basileia	15%	16%
Margem de Imobilização (960)	69.065	52.011

39. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Prov. para Contig.	Depósitos Judiciais	Prov. para Contig.	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	990	990	981	981
Outros Fiscais	-	85	-	85
Outros	153	123	149	9
TOTAL	1.143	1.198	1.130	1.075

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Vitória - ES, 15 de janeiro de 2021.

Bento Venturim
Diretor Presidente
CPF: 425.679.127-20

Nailson Dalla Bernardina
Diretor Executivo
CPF: 077.720.547-50

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC/ES: 016.925/O-0
CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

À Administração e às Associadas a

Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – SICOOB CENTRAL ES

Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – SICOOB CENTRAL ES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRAL ES em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 12 de fevereiro de 2021.



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG - 69.261/O
CNAI 1.953

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 12 de fevereiro de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória/ES, 25 de fevereiro de 2021.

Kenny de O. C. Zandonadi
Coordenador do Conselho Fiscal

José Américo B. Barreto
Secretário do Conselho Fiscal

Desimar Luis Bertoldi
Conselheiro Fiscal - Efetivo